

Apple e Google alvo de novas ações judiciais em Portugal que reclamam mais de 200 milhões de euros



Getty Images

Um professor de Direito da Universidade Nova de Lisboa, juntamente com dois escritórios de advogados portugueses e duas entidades estrangeiras, avançou para tribunal contra a Google e a Apple

27 JULHO 2022 7:54



Miguel Prado

Jornalista

ÚLTIMAS



Cristina Jorge: “É expectável que a transplantação de órgãos de animais em humanos seja uma realidade na próxima década”



Lucro da Mercedes-Benz sobe 3% para 6784 milhões de euros no primeiro semestre



•

Lucro do Deutsche Bank até junho aumenta 32% e soma 2106 milhões de euros



•

Sindicatos convocam greves parciais durante cinco meses na Ryanair em Espanha

Apple e a Google foram este mês alvo de duas novas ações judiciais no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, em Santarém, apresentadas por um professor de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Fabrizio Esposito, e que visam obrigar as duas

multinacionais a devolver mais de 200 milhões de euros a clientes portugueses que utilizaram as lojas de aplicações daquelas empresas.

Estas são ações populares, em que o autor da ação visa obrigar uma determinada empresa a compensar um leque alargado de consumidores, sem que estes tenham de fazer nada numa fase inicial do processo. Caso os tribunais venham a dar razão aos autores destas ações, condenando as empresas visadas a devolver dinheiro aos consumidores, estes terão então de fazer prova de que adquiriram produtos ou serviços, para virem a ser indemnizados.

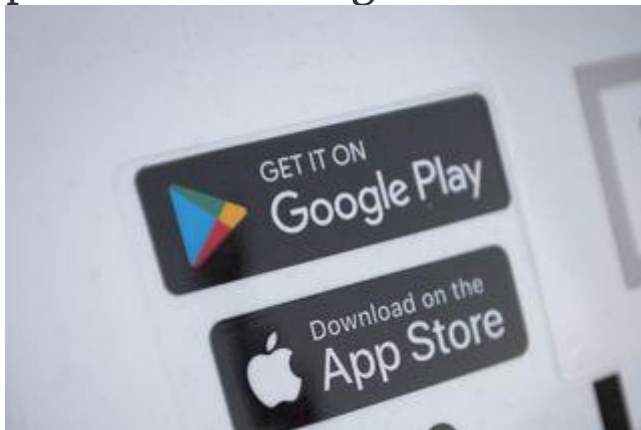
Nestas ações concretas, as ações intentadas por Fabrizio Esposito deram entrada no Tribunal da Concorrência a 15 de julho. Num caso visam a Alphabet e cinco empresas da Google (incluindo na Irlanda). No outro visam a Apple Inc, Apple Portugal e Apple Distribution International.

O **Expresso** questionou o professor universitário autor das ações sobre os motivos destes processos. Fabrizio Esposito, que é especializado em direitos dos consumidores e mercados digitais, remeteu para um conjunto de esclarecimentos da consultora de comunicação que o assessora nestas ações, e que indicou que os processos foram apresentados "em nome de cerca de 2,9 milhões de utilizadores da Apple App Store e 3,6 milhões de utilizadores da Google Play Store".

"As queixas alegam que a Apple e a Google agiram sistematicamente em violação do direito da concorrência ao cobrarem comissões excessivas a milhões de compradores portugueses de aplicações (Apps)", aponta o esclarecimento.

Esta não é a primeira vez que a Apple e a Google são visadas por uma ação popular em Portugal. Em março

deste ano a associação Ius Omnibus avançou para tribunal contra as duas empresas por alegadas práticas anticoncorrenciais relacionadas com as lojas de aplicações dos seus sistemas operativos (Android e iOS). Nessa altura a Google declarou que compete "de forma justa pelos programadores e consumidores, e o Android oferece às pessoas mais escolhas do que qualquer outra plataforma móvel ao poderem decidir quais as aplicações e lojas de *apps* que utilizam". "A maioria dos telefones Android vêm pré-instalados com mais de uma loja de aplicações e 99% dos programadores qualificam-se para uma taxa de serviço de 15% ou menos", reagiu então um porta-voz da Google.



ECONOMIA

Google e Apple enfrentam tribunais portugueses.
Associação defende indemnização a todos os consumidores

Leia também

Em causa está a cobrança de uma comissão de 30% sobre as compras de aplicações, conteúdos e subscrições, permitindo à Apple e à Google obter "lucros desproporcionais".

As compensações reclamadas nestas ações judiciais ultrapassam os 100 milhões de euros em cada um dos dois grupos tecnológicos visados.

É alegado, nestas ações, que "a Apple e a Google seriam incapazes de cobrar aos clientes uma tal margem excessiva se não impusessem restrições técnicas e

contratuais nos seus dispositivos que tornam a concorrência de outras lojas de aplicações e prestadores de serviços de pagamento virtualmente impossível". Nestas ações Fabrizio Esposito está a trabalhar com dois escritórios de advogados portugueses, a J+Legal e a Cardigos, bem como com duas entidades estrangeiras, a sociedade de advogados Hausfeld (que já moveu ações populares internacionais contra a Visa e Mastercard, contra a Qualcomm e contra a Apple e Google no Reino Unido e Países Baixos) e a Eskariam, uma empresa espanhola especializada na apresentação de reclamações coletivas.

A Hausfeld e a Eskariam já colaboraram, por exemplo, no mercado espanhol, defendendo as reivindicações dos agricultores contra a indústria do leite.

AÇÕES POPULARES... CADA VEZ MAIS POPULARES

Nos últimos anos os tribunais portugueses têm sido palco de um número crescente de ações populares, com várias organizações a abrir processos contra diferentes empresas em nome dos consumidores, procurando obter para estes compensações por alegadas práticas lesivas. Só a associação de defesa dos direitos dos consumidores Ius Omnibus, já interpôs mais de uma dezena de ações contra grandes empresas, quatro das quais financiadas por fundos de investimento estrangeiros.

“As associações de consumidores não têm dinheiro próprio. Numa ação coletiva, só a contratação de um economista pode custar 400 ou 500 mil euros. É uma assimetria brutal na guerra entre os consumidores e as empresas”, dizia o advogado Miguel Sousa Ferro ao *Expresso* em abril, a propósito das ações coletivas da Ius Omnibus. “Nenhum banco nos daria um empréstimo.” Por isso “encontrar um financiador que gere um risco é fundamental”, acrescentava.



ECONOMIA

Ir a tribunal sem pagar custos: “Pode resultar daqui uma revolução completa”

Leia também

No caso da Ius Omnibus, além da Apple e Google, também a plataforma de comércio eletrónico ShowroomPrivé foi alvo de uma ação coletiva, tal como a EDP e a Super Bock.

A Ius Omnibus já concluiu um processo com uma transação, homologada pelo Tribunal da Concorrência, em que conseguiu indemnizações para todos os consumidores lesados pelas práticas anticoncorrenciais da Associação Nacional de Topógrafos (ANT).

Além desta ação da ANT (concluída com transação), nenhuma ação popular de indemnização da Ius chegou ainda à fase de julgamento. Mas a associação frisa que tem tido desenvolvimentos favoráveis aos consumidores.

De acordo com a Ius Omnibus, "os tribunais têm rejeitado todos os argumentos das empresas contra as ações populares da Ius e confirmado a sua legitimidade, ordenando que prossigam as ações".

Nota: notícia atualizada às 9h40, com informações adicionais da Ius Omnibus, corrigindo a informação

inicialmente publicada de que até ao momento não houve na justiça portuguesa decisões favoráveis aos consumidores.